



TRF 5

Técnico Judiciário – Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 33 |

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 17 |

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 11 |

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 13 |

ATOS NORMATIVOS

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 10 |

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 19 |

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 15 |

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 14 |

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 14 |

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 13 |

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 14 |

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 14 |

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

| | |
|------------------|----|
| EXERCÍCIOS | 1 |
| GABARITO | 16 |

SUMÁRIO

**1. IBFC - 2022****Texto****Conversinha mineira**

(Fernando Sabino)

- É bom mesmo o cafezinho daqui, meu amigo?
- Sei dizer não senhor: não tomo café.
- Você é dono do café, não sabe dizer?
- Ninguém tem reclamado dele não senhor.
- Então me dá café com leite, pão e manteiga.
- Café com leite só se for sem leite.
- Não tem leite?
- Hoje, não senhor.
- Por que hoje não?
- Porque hoje o leiteiro não veio.
- Ontem ele veio?
- Ontem não.
- Quando é que ele vem?
- Tem dia certo não senhor. Às vezes vem, às vezes não vem. Só que no dia que devia vir em geral não vem.
- Mas ali fora está escrito "Leiteria"!
- Ah, isso está, sim senhor.
- Quando é que tem leite?
- Quando o leiteiro vem.
- Tem ali um sujeito comendo coalhada. É feita de quê?
- O quê: coalhada? Então o senhor não sabe de que é feita a coalhada?
- Está bem, você ganhou. Me traz um café com leite sem leite. Escuta uma coisa: como é que vai indo a política aqui na sua cidade?
- Sei dizer não senhor: eu não sou daqui.
- E há quanto tempo o senhor mora aqui?
- Vai para uns quinze anos. Isto é, não posso garantir com certeza: um pouco mais, um pouco menos.
- Já dava para saber como vai indo a situação, não acha?
- Ah, o senhor fala da situação? Dizem que vai bem.
- Para que Partido?
- Para todos os Partidos, parece.
- Eu gostaria de saber quem é que vai ganhar a eleição aqui.



1. IBFC - 2022

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Considerando a legislação em pauta, sobre os critérios para uma pessoa ser considerada deficiente, analise as afirmativas abaixo e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

- () Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- () Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- () A limitação no desempenho de atividades.
- () A restrição de participação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V - V - V - F
- (B) F - F - F - F
- (C) F - F - V - V
- (D) V - V - F - F
- (E) V - V - V - V

2. IBFC - 2022

A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acerca das disposições do Estatuto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de atendente pessoal.

- (A) Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas
- (B) Pessoa que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso
- (C) Pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas
- (D) Pessoa que proporcione moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência
- (E) Pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas



1. IBFC - 2023

A Nova Lei de Licitações (NLL), como ficou conhecida a Lei nº 14.133/21, trouxe novo significado para as discussões acerca do procedimento licitatório. Tal norma tratou de dirimir questões antes controvertidas entre os estudiosos da área, especialmente em relação ao início da licitação, apresentando as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação. Assinale a alternativa quanto ao inciso correto da Lei nº 14.133/21.

- (A) §1º A fase referida no inciso **V** do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos **III** e **IV** do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação
- (B) §2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo
- (C) §3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso **VII** do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico
- (D) §4º Nos procedimentos realizados por meio presencial, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato presencial
- (E) §5º Na hipótese excepcional de licitação sob a forma eletrônica a que refere o §2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento

2. IBFC - 2023

O artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021 aponta quatro objetivos do processo licitatório. Assinale a alternativa que apresenta dois destes objetivos.

- (A) Assegurar a seleção da proposta com melhor ciclo de vida do objeto e evitar contratações com sobrepreço
- (B) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável
- (C) Evitar contratações com preços inexequíveis e assegurar tratamento diferenciado entre os licitantes
- (D) Evitar competição entre os licitantes e incentivar preços manifestamente inexequíveis
- (E) Assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e evitar inovação

3. IBFC - 2022

Segundo a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem por objetivos os itens relacionados abaixo. Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto



1. IBFC - 2023

Nas últimas versões do Sistema Operacional Windows já vem incluído um programa Antivírus. O nome desse programa é:

- (A) Microsoft Total Defender
- (B) Windows Total Protector
- (C) Microsoft Guardian Total
- (D) Windows Total Defender
- (E) Microsoft Defender Antivírus

2. IBFC - 2023

Quanto aos principais aplicativos do Windows 10, analise as afirmativas abaixo.

1- As Notas Autoadesivas são um aplicativo do Windows 10 que permite criar lembretes na tela do computador com cores e tamanhos diferentes.

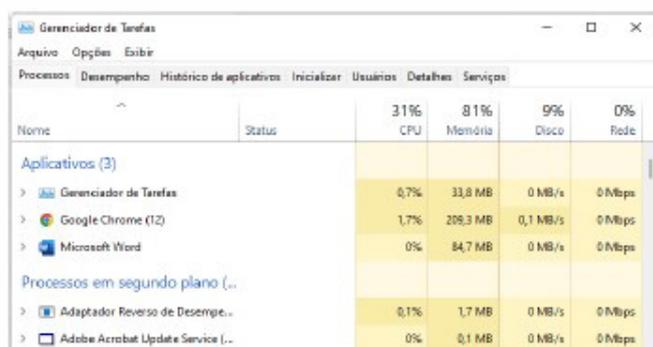
2- A Calculadora é um aplicativo do Windows 10 que permite realizar diversos cálculos matemáticos, além de conversões de unidades e moedas.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras
- (B) A afirmativa 1 é verdadeira e a 2 é falsa
- (C) A afirmativa 2 é verdadeira e a 1 é falsa
- (D) As duas afirmativas são falsas

3. IBFC - 2022

Você está trabalhando com a plataforma Windows. Um determinado programa está em memória e você não consegue encerrá-lo. Para essa tarefa o Sistema Operacional permite que o programa seja acessado por uma janela, e através desta janela efetuar o seu encerramento. A tela apresentada a seguir é a que deve ser acessada, sendo a mesma acionada pelo que se descreve na alternativa:



- (A) ALT+TAB
- (B) CTRL+SHIFT+DEL

**1. IBFC - 2024**

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que apresente corretamente a definição legal de órgão de pesquisa:

- (A) Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional
- (B) Órgão indicado pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
- (C) Órgão do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco
- (D) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico
- (E) Órgão ou entidade, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

2. IBFC - 2023

Assinale a alternativa correta sobre as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

- (A) A Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, excluindo os meios digitais
- (B) A Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade
- (C) A disciplina da proteção de dados pessoais não tem como fundamento o respeito à privacidade
- (D) É possível a realização do tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos
- (E) A Lei não disciplina sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes

3. IBFC - 2023

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa fé e os seguintes princípios:

- (A) Insegurança
- (B) Inadequação
- (C) Finalidade
- (D) Discriminação
- (E) Responsabilização, sem prestação de contas



1. IBFC - 2023

Os requisitos do ato administrativo, são os componentes que o ato deve reunir para ser perfeito e válido. Sete são os requisitos do ato administrativo, assim denominados: agente público competente, finalidade, forma, motivo, conteúdo, objeto e causa. Assinale a alternativa correta que corresponde a seguinte característica: “É a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo.”

- (A) Motivo
- (B) Forma
- (C) Finalidade
- (D) Causa

2. IBFC - 2023

“É o que o ato prescreve, ou dispõe: “o que o ato decide, enuncia, certifica, opina ou modifica na ordem jurídica”. Em última análise, é a modificação do ordenamento jurídico. Por exemplo: a outorga de uso, no ato de permissão de uso de bem público; o desligamento do agente público, no ato de exoneração de funcionário ocupante de cargo de provimento em comissão; e o horário de funcionamento, no ato que fixa os momentos de abertura e de encerramento do expediente das repartições públicas”. Assinale a alternativa que apresenta essa definição de requisito de ato administrativo.

- (A) Objeto
- (B) Conteúdo
- (C) Causa
- (D) Forma

3. IBFC - 2024

A respeito do ato administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A revogação é a retirada do ato administrativo pelo Poder Público por razões de conveniência e oportunidade, sempre relacionadas ao atendimento do interesse público
- (B) A anulação (ou invalidação) é a retirado do ato administrativo pelo Poder Público em virtude de estar em desconformidade com a ordem jurídica
- (C) Nos casos de incompetência em razão da forma, a convalidação é regra, em face do amplo reconhecimento doutrinário e legal da adoção do princípio do formalismo moderado no direito brasileiro
- (D) A revogação somente pode atingir os atos administrativos vinculados

4. IBFC - 2023

Dentre as fontes do Direito Administrativo, inserem-se inúmeros tipos de atos normativos emanados da própria Administração Pública. Eles são expedidos, seja pelo Chefe do Poder Executivo, seja por órgãos da Administração direta, seja por entidades da Administração indireta. Todos esses atos normativos podem ser



1. IBFC - 2022

São princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, dentre outros:

- (A) garantia de desenvolvimento nacional e não-intervenção
- (B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e defesa da paz
- (C) prevalência dos direitos humanos e concessão de asilo político
- (D) igualdade entre os Estados e pluralismo político

2. IBFC - 2022

Como é sabido, o art.3º da Constituição Federal de 1988 regulamenta os objetivos fundamentais de nosso país, ou seja, trata-se de um “roteiro”, um “projeto” de nação, a partir do qual o Estado Brasileiro deveria se dirigir com o intuito de cumprir tais objetivos, haja vista o fato de que se o Constituinte Originário assim previu, é pelo motivo de naquele momento, ainda não ter, enquanto nação, realizado política e socialmente, tais “promessas”. Muito do que aparece ali, já fazia parte do ideário do constitucionalismo moderno desde os períodos revolucionários do século XVIII, especialmente o francês, do qual nosso constitucionalismo pátrio carrega muitas características. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e após assinale aquela que, nos termos do art. 3º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) está correta.

I. A construção de uma sociedade livre, igual e fraterna está prevista como um dos objetivos fundamentais da República Brasileira, nos termos do supracitado art. 3º, da CF/88.

II. A Erradicação da marginalidade e da desigualdade, e a Redução da pobreza, fazem parte de um objetivo fundamental previsto na CF/88.

III. Existe um objetivo fundamental que está formulado a partir da compreensão política, econômica e social do que chamamos de desenvolvimento nacional, mesmo quando a própria Constituição busca, globalmente, mas em outro momento, a cooperação dos povos para o progresso da humanidade.

IV. A proteção de todos, sem preconceitos de qualquer natureza, aliada a prevalência dos direitos humanos e o pluralismo político, fazem parte do rol dos objetivos fundamentais previstos na CF/88.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) I, II e IV apenas
- (B) III e IV apenas
- (C) I, II e III apenas
- (D) I e III apenas

3. IBFC - 2022

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios enumerados na CF. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta **incorretamente** um desses princípios.

- (A) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo

**1. IBFC - 2017**

Assinale a alternativa **correta** que indique todos os símbolos da República de acordo com as normas da Constituição Federal sobre os símbolos da República.

- (A) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino e o selo nacionais
- (B) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino e as armas nacionais
- (C) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais
- (D) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, as armas e o selo nacionais
- (E) São símbolos da República Federativa do Brasil o hino, as armas e o selo nacionais

2. IBFC - 2020

Com relação ao crime de peculato, analise as afirmativas abaixo e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**:

- () O Código Penal prevê hipótese de peculato culposo.
 - () No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
 - () É hipótese de peculato o ato de dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V

3. IBFC - 2018

A reparação do dano, a anterior à sentença transitada em julgado, faz com que seja extinta a punibilidade; se ocorre posteriormente, faz com que a pena seja reduzida de metade. Tal disposição legal se aplica ao crime de:

- (A) peculato mediante erro de outrem
- (B) peculato-furto
- (C) excesso de exação
- (D) peculato culposo

4. IBFC - 2023

O Código Penal dispõe sobre os Crimes contra a Administração Pública.

Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a descrição do tipo penal do crime de concussão:

**1. IBFC - 2024**

A Lei nº 13.964/19, também chamada de Pacote Anticrime, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a previsão expressa do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). De acordo com as disposições do Código de Processo Penal sobre o ANPP, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, o julgará inadequado e irá proferir a sentença
- (B) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal, mas não será intimada de seu descumprimento
- (C) Para a homologação do acordo de não persecução penal não será realizada audiência
- (D) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor

2. IBFC - 2023

O Código de Processo Penal trata da ação penal e suas espécies.

Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo.

I. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

II. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

III. Quando o crime for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada ou pública condicionada à representação.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) I e III apenas
- (D) I e III apenas
- (E) I apenas

3. IBFC - 2023

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal sobre ação penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada
- (B) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes



1. IBFC - 2017

O processo judicial eletrônico foi instituído em território nacional e serve como um importante instrumento para dar a necessária celeridade aos processos que tramitam perante o Poder Judiciário.

Nesse contexto, assinale abaixo a alternativa que contém informação correta sobre o processo judicial eletrônico:

- (A) É vedada a intimação por meios eletrônicos em portal próprio, devendo o respectivo Tribunal criar seu Diária de Justiça Eletrônico para publicação em órgão oficial
- (B) As cartas rogatórias não poderão ser feitas por meio eletrônico
- (C) No processo eletrônico, as citações da Fazenda Pública serão feitas por meio eletrônico
- (D) A conservação de reserva dos autos do processo deverá ser feita por meio físico
- (E) Não poderá o magistrado ordenar que a exibição de documentos essenciais para análise do feito seja feita de modo eletrônico

2. IBFC - 2017

Sobre as hipóteses de indisponibilidade do sistema do Processo Judicial Eletrônico assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) Considera-se indisponível o sistema do processo judicial eletrônico ante a impossibilidade de consulta aos autos digitais, transmissão eletrônica de atos processuais, bem como o acesso a comunicações processuais
- (B) A indisponibilidade não se caracteriza quando das falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública
- (C) A indisponibilidade do sistema é aferida por meio de sistema de auditoria fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça ou órgão que detém tal responsabilidade
- (D) Toda indisponibilidade do sistema será registrada em relatório de interrupções de funcionamento acessível ao público
- (E) Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte, independentemente do prazo em que durou a indisponibilidade, assim como o horário de sua verificação

3. IBFC - 2024

Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da incompetência, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A incompetência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício
- (B) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente
- (C) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente
- (D) A incompetência relativa pode ser alegada pelo ministério público nas causas em que atuar



1. IBFC - 2020

Nos termos do artigo 145 da Constituição, A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. Sobre os impostos, especificamente, assinale a alternativa correta.

(A) Sempre que possível, os impostos terão caráter impessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

(B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo as necessidades do Estado, facultado à administração fiscal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado

(C) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração fazendária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

(D) Sempre que possível, os impostos terão caráter impessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado

(E) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

2. IBFC - 2019

Em matéria tributária, a Carta Magna autoriza os entes federativos a instituir determinados tributos. Nesse campo, espera-se da Lei Complementar, assinale a alternativa **correta**.

(A) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

(B) autorizar a delegação da União para os estados-membros, o poder de definir o alcance das limitações constitucionais ao poder de tributar

(C) estabelecer normas específicas em matéria legal, tal como o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades religiosas

(D) autorizar a delegação da União para os municípios do ato de definir a obrigação, o lançamento, o crédito, a prescrição e a decadência tributários



1. IBFC - 2021

Assinale a alternativa que apresenta uma disposição constitucional relacionada ao princípio da capacidade contributiva.

- (A) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo
- (B) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais
- (C) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes
- (D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

2. IBFC - 2020

Nos termos do artigo 145 da Constituição, A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas. Sobre os impostos, especificamente, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte
- (B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo as necessidades do Estado, facultado à administração fiscal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado
- (C) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração fazendária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos difusos e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte
- (D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do Estado
- (E) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte

**1. IBFC - 2024**

O conceito de _____ mostra, basicamente, quem “manda em quem”. Em contrapartida, o conceito de _____ relaciona-se com o tamanho da equipe que cada chefe deve controlar e monitorar.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) fluxograma / cadeia de comando
- (B) organograma / unidade de direção
- (C) unidade de direção / amplitude de controle
- (D) cadeia de comando / amplitude de controle
- (E) cadeia de comando / unidade de direção

2. IBFC - 2023

Projetos se desenvolvem em organizações que têm estrutura organizacional preparada para sua execução. Sobre essas estruturas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Estrutura funcional
- (B) Estrutura projetizada
- (C) Estrutura matricial
- (D) Estrutura híbrida
- (E) Estrutura de qualidade

3. IBFC - 2023

A estrutura organizacional é o modo como uma empresa ou órgão público divide o trabalho e as responsabilidades, além da maneira como coordena todos os esforços realizados. Assinale a alternativa correta.

- (A) Uma estrutura organizacional se limita aos diversos departamentos e setores da instituição
- (B) O propósito principal da estrutura organizacional é o planejamento, ou seja, estabelecer uma relação de atribuições e autoridade para controlar a maneira como as pessoas coordenam suas ações para alcançarem objetivos
- (C) Ao organizar, estamos alocando pessoas e recursos diversos para que possamos atingir os objetivos da empresa
- (D) O processo de direção envolve a divisão das tarefas dentro de uma empresa e a coordenação dos esforços dos seus membros
- (E) A estrutura organizacional não é o conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões de uma empresa